



## ESCOLA, DIREITOS HUMANOS, VIOLÊNCIA, “MINORIAS SEXUAIS”

Rosimeri Aquino da Silva<sup>1</sup>

Quais são os efeitos das relações de desigualdades de sexualidades, no âmbito escolar, sobre as denominadas minorias sexuais? Essa é a problemática central deste texto, colocada em termos resumidos, visto que outras questões se sobressaem a partir dessa primeira interrogação. São questionamentos que configuram o solo no qual transito em busca de uma maior compreensão deste importante aspecto das conflitualidades contemporâneas, a saber: as desigualdades de sexualidades, ocorrentes no solo educacional, contribuem para a evasão escolar dos jovens LGBTs? A violência difusa nas escolas teria como alvo preferencial os jovens LGBTs ou eles seriam integrantes de um grupo maior, composto por outras pessoas vulneráveis às múltiplas formas da violência cotidiana atual? Quais são as diferenças entre violência escolar e *bullying*? O insucesso e o abandono escolar de jovens identificados como LGBTs estão relacionados com o *bullying* e/ou com a violência sofrida por eles em suas experiências escolares?

Através de dispositivos pedagógicos instituídos (currículos, materiais didáticos, normas, procedimentos, entre outros), a escola participa da demarcação social das desigualdades de sexualidades inscritas no binômio heterossexual/homossexual. O imperativo heterossexual constituído nas instituições escolares contribui para que jovens LGBTs configurem um grupo social de grande vulnerabilidade frente às práticas de violência e *bullying*<sup>2</sup>. Jovens LGBTs tendem ao isolamento e ao abandono da escola, visto o ambiente hostil que ali encontram. O conteúdo empírico deste texto é resultante de anotações circunstanciais feitas ao longo de minha experiência como educadora em instituições escolares e policiais, de memórias sobre debates suscitados em sala de aula, de análise de entrevistas, de observações e de trabalho em grupo focal, onde obtive informações sobre definições, sentimentos, experiências e atitudes, crenças e valores sobre essa problemática, a partir do ponto de vista de alunos, de professores, de orientadores e demais profissionais do campo educacional.

Certamente a “questão homossexual” está na ordem do dia, nas mídias, no cotidiano, nos conteúdos escolares, eis algumas situações ilustrativas: “(...) uma menina de 17 anos foi parar em

---

<sup>1</sup> Socióloga, pesquisadora do GPVC/UFRGS (Grupo de Pesquisa Violência e Cidadania); integrante do GEERGE (Grupo de Estudos de Educação e Relações de Gênero). Professora FACOS/RS, atua no campo da Sociologia da Educação. Atividades de pesquisa voltadas para a Educação, procurando enfatizar relações de gênero, sexualidades, violência e Direitos Humanos. Email: rosimeri\_silva@ig.com.br

<sup>2</sup> *Bullying* é uma expressão em inglês derivada de “*bully*” (intimidador, brigão, agressor).



uma delegacia por ser parte de um grupo de lésbicas na escola em que freqüentava, além de um suposto envolvimento com sua professora de Educação Física”<sup>3</sup>; um professor assumidamente homossexual disse também sofrer preconceito por parte dos alunos e que está acostumado a ser alvo de comentários até mesmo dentro de sala de aula; (...) jovens homossexuais são constantemente discriminados pelas famílias, pelos amigos e também pela escola<sup>4</sup>. Assim, muito além desses eventos, há uma gama de situações similares, objetos de opiniões “pedagógicas” diversificadas no solo educacional: “cada um faz o que quer de sua vida”, “as meninas hoje em dia não estão nem aí”, “a mãe agiu corretamente”, “hoje em dia tudo está muito liberal”, entre outras<sup>5</sup>.

### *A sexualidade e os Direitos Humanos como temas sociológicos e educacionais*

A sexualidade constitui um objeto recente da análise sociológica, abarcando o estudo das identidades, dos movimentos sociais, dos Direitos Humanos, entre outros. Essa nova questão sociológica, somada à ampliação de temas demandados na Educação contemporânea, acompanha transformações ocorridas no próprio regime de Direitos Humanos cuja expansão pode ser traduzida pela inclusão de temáticas tais como: direitos das crianças, das minorias étnicas, das mulheres ou das minorias sexuais. No campo educacional temos assistido à emergência de temáticas, currículos, pesquisas, teorizações vinculadas de diferentes formas a essas dimensões, muito embora a queixa sobre o silêncio presente na escola acerca das questões sexuais, especialmente em relação às práticas LGBTs, seja uma constante na fala dos educadores.

De fato, desde a declaração universal, em 1948, os Direitos Humanos constituem um conceito central para o estabelecimento e a avaliação das relações societárias mundiais. A sexualidade, por seu turno, constitui uma dimensão fundamental da identidade pessoal e da dignidade humana. Em função disso, os direitos sexuais vêm sendo reivindicados pelos movimentos de lésbicas, gays, bissexuais e transgêneros na maior parte dos países. Contudo, com base nos critérios de discriminação pela orientação sexual, uma parte significativa da população mundial tem sido privada dos Direitos Humanos internacionalmente reconhecidos, constituindo freqüentemente alvo de violações de tais direitos, nomeadamente o direito à vida, à liberdade e segurança pessoal, à proteção contra tortura ou tratamentos cruéis, desumanos e degradantes, à proteção contra intromissões na vida privada e familiar, entre outros (SANTOS, 2004). Por outro lado, constata-se

<sup>3</sup>Disponível em < <http://oglobo.globo.com/diariosp/posts/2009/06/12/professora-acusada-de-seduzir-menores-deu-alianca-para-aluna-194889.asp> >.

<sup>4</sup> Jornal O Sul, 7 de julho de 2009, p.1.

<sup>5</sup> Aqui, fizemos referência a debates de sala de aula.



uma maior aceitação dos direitos LGBTs enquanto direitos humanos, fruto por ventura de um discurso social e político crítico e reflexivo. Em função dessa configuração, o debate sobre a diversidade vem ampliando espaços no sentido de contribuir para enfrentar a exclusão social e para a construção da cidadania, bem como oferecer ferramentas capazes de despertar os potenciais de competência das pessoas. A opinião escrita de um aluno ilustra este panorama: “No ano de 2003, aproximadamente, a ACADEPOL<sup>6</sup> ofereceu o curso de Nova Abordagem aos Profissionais do Sexo e os alunos, todos policiais, foram convocados. O curso ocorreu em razão do preconceito que os homossexuais sentiam quando eram atendidos nos órgãos policiais ou quando eram abordados na rua, pois eram insultados ou desrespeitados em virtude de sua sexualidade. O título por si só já causou uma mal estar na instituição (...)”.

Na tentativa de responder aos questionamentos que iniciamos nessas reflexões – questionamentos cada vez mais presentes entre diferentes atores sociais envolvidos nessa temática – é pertinente fazer a análise das relações das desigualdades de sexualidades no âmbito escolar, assim como compreender sobre as repercussões dessas desigualdades na configuração da violência e da violação dos Direitos Humanos direcionados aos grupos sociais de maior vulnerabilidade social inscritos nesta relação e neste contexto, a saber, minorias sexuais constituídas por lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transgêneros. Também é importante conhecer as formas de constituição de sexualidades presentes nos currículos escolares e suas correlações com os entendimentos de violência e/ou *bullying* e Direitos Humanos presentes na cultura escolar. Por último, faz-se necessário conhecer as concepções da comunidade escolar sobre indivíduos identificados como integrantes de minorias sexuais.

Ambigüidades, de múltiplas facetas, cercam os debates contemporâneos sobre as denominadas orientações sexuais desviantes da norma heterossexual. Para ilustrar, eis algumas situações didático-pedagógicas: uma aluna/policial<sup>7</sup>, quando questionada sobre o “tabu homossexual” nas instituições, respondeu: “Sim, a homossexualidade ainda é um tabu”. A aluna afirmou que, embora progressos tenham sido alcançados por “esses grupos sociais”, ainda persiste o preconceito, e suas presenças causam estranheza tanto nas instituições policiais quanto nas instituições educacionais voltadas para crianças e para jovens do Ensino Médio e Superior. Nas instituições policiais, que são espaços masculinos por excelência, há pouca tolerância em aceitar minorias sexuais, segundo essa aluna (trata-se de uma opinião oposta à de outro aluno-policial que

<sup>6</sup> Academia de Polícia Civil do Estado do Rio Grande do Sul.

<sup>7</sup> Fala de uma aluna policial, em sala de aula, durante o Curso de Especialização em Segurança Pública e Cidadania da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.



disse, categoricamente, fundamentado em pesquisa realizada na sua instituição, a Brigada Militar: “não há tabu ou preconceito contra homossexuais”). Diferentes atores<sup>8</sup> do processo educacional admitem que, hoje em dia, existe uma maior tolerância, discussão, visibilidade da “questão homossexual”. Entretanto, em relação às travestis, haveria ainda grande rejeição por parte dos atores educacionais. Cabe salientar que, atualmente, utiliza-se para designar esse grupo social a expressão: “Direitos de LGBTs”. A expressão “minorias sexuais”, utilizada anteriormente para designar lésbicas, gays, bissexuais e transgêneros estaria em desuso. Entretanto, se considerarmos que uma minoria também se define por referência ao déficit de poder que um determinado grupo tem relativamente a outro, pelas situações de exclusão e inferiorização às quais é submetido, pelo não reconhecimento de seus direitos como cidadãos, LGBTs constituem uma minoria.

Na busca de uma maior compreensão do caráter ambivalente que cerca essa discussão, é pertinente considerar que as sexualidades ocidentais podem ser interpretadas a partir da cientificidade médica, em virtude do caráter de conhecimento nobre e legítimo que tradicionalmente atribui-se a esse campo, o que Michel Foucault denominou de *scientia sexualis* e que ainda prevaleceria nos dias atuais. Ainda são inúmeros os exemplos de situações escolares em que o recurso às ciências médicas, biológicas e psicológicas, nos debates sobre LGBTs é utilizado. Guattari enfatiza o fato de que, neste contexto, “a psicanálise reina”, regendo uma normalidade científica, onde a homossexualidade não é mais um caso de moral, mas de perversão, de doença, de atraso de desenvolvimento, de fixação na fase pré-genital, etc (GUATTARI, 1987, p.35). É necessário também observar que, no final dos anos 80, Guattari desenvolve o argumento de que a homossexualidade apresenta certa dependência da “normalidade” heterossexual na medida em que prevalecem sistemas e valores de interação da sexualidade dominante. Tal dependência e interlocução podem ser verificadas na vigência de uma espécie de “política do segredo”: uma clandestinidade alimentada pela repressão e também por um sentimento de vergonha ainda vivo nos meios “respeitáveis”. Compreendemos que a política do segredo, assim como a “normalidade” heterossexual, se faz presente em diversos dispositivos pedagógicos, desde livros didáticos até conversas informais no cotidiano escolar.

Mais recentemente, assistimos à emergência da denominada teoria *queer*, cujo objetivo, em termos gerais, consiste em problematizar a heterossexualidade e colocar-se contra a normalização. “Esse termo, com toda sua carga de estranheza e de deboche, é assumido por uma vertente dos movimentos homossexuais, principalmente para caracterizar sua perspectiva de oposição e

---

<sup>8</sup> Recorremos às falas proferidas, em diferentes ocasiões, por professores, alunos, supervisores e demais componentes do contexto escolar.



contestação. Seu alvo mais imediato de oposição é, certamente, a heteronormatividade compulsória da sociedade; (...) *queer* representa claramente a diferença que não quer ser assimilada ou tolerada.” (LOURO, 2004, p.38.). Além dessa nova teoria contestadora, é notável perceber como a visibilidade das chamadas minorias sexuais acontece nos meios de comunicação contemporâneos, nas discussões sobre seus direitos não só nos contextos dos grupos de políticas afirmativas, mas também em meios governamentais e na sociedade em geral. Talvez fosse mais interessante pensar em uma pluralidade de situações, análises, percepções da “questão” homossexual na atualidade do que propriamente em uma ambigüidade na forma de concebê-la: opiniões médicas e psicológicas fundamentadas nas escolhas pessoais, ou na doença, ou nas características genéticas; especialistas apontando, por vezes temerosos, a dissolução da família tradicional e a configuração de novos arranjos societários. Ou seja, é possível verificar uma série de posicionamentos, em muitos aspectos, multifacetados.

Não obstante, vide toda explosão discursiva sobre o sexo, lésbicas, gays, bissexuais e transgêneros (LGBTs) têm sido acusados de imorais, perversos, patológicos. A atitude social de patologizar, esquadrihar, problematizar e agredir comportamentos sexuais considerados “anormais”, desviantes, já vem de longa data. Vale acrescentar que a religião também vem ocupando um lugar central na definição dos comportamentos sexuais tidos como aceitáveis ou sujeitos à rejeição (SANTOS, 2004).

Instituições escolares, ora tidas como conservadoras, ora tidas como possibilitadoras de transformações sociais (dependendo da perspectiva teórica) também vêm desempenhando a função de interpretação e normalização de padrões sexuais. Nas instituições escolares, na família e no casamento, por exemplo, a história da sexualidade pode ser contada a partir da utilização de padrões morais sustentados por recomendações religiosas e/ou através de racionalidades científicas. São argumentos reguladores que variam e podem entrecruzar-se, dependendo da época histórica, da cultura, dos valores hegemônicos dos grupos sociais. De fato, mais recentemente, pesquisas apontam que, através das mídias e de diversas outras pedagogias culturais que extravasam e compõem conhecimentos com a escola, uma gama diversificada de comportamentos sexuais direcionados aos homens, às mulheres, às crianças e aos jovens é sistematicamente sugerida, valorizada, depreciada, constituindo-se em importante dispositivo para a formação de sujeitos de gênero e de sexualidade socialmente desejáveis (LOURO, 1999; SABAT, 1999).

Minorias sexuais são tidas como desviantes da norma heterossexual. Quando tais “desvios” são identificados nas instituições escolares direcionadas a jovens e a crianças, não causa espanto



que estes “desviantes” sejam classificados como algo problemático, ou seja, como algo que está fora da ordem do discurso sexual dominante da instituição escolar. Por isso, não é incomum que a escola recorra aos seguintes dispositivos: encaminhamento da “situação problema” ao serviço de orientação educacional, ao atendimento psicológico, reunião com pais, conselhos de classe, entre outros. Entretanto, sobre os efeitos dessas diversas formas de regulação da sexualidade humana sobre os grupos que não se identificam com a sexualidade hegemônica, mormente no campo educacional, pouco se tem falado. Apesar da importância da escola na socialização de jovens e de crianças, a ausência de debates sobre esses grupos ainda é uma lacuna. Na contemporaneidade, “(...) direta e indiretamente a escola passou a ter outras responsabilidades além daquela de prover os conteúdos educacionais tradicionais. Nas escolas, milhares de crianças aprendem a se relacionar umas com as outras, adquirem valores e crenças, desenvolvem senso crítico, auto-estima e segurança” (CARDIA, 2006).

A partir de um olhar sociológico, poderíamos reconhecer grupos LGBTs como integrantes das “novas questões sociais mundiais”, a saber, grupos sociais que vivenciam inúmeras desigualdades: desigualdades de oportunidade de vida, vivência de “situações sociais desiguais” (SANTOS, 2009). Dependendo de suas distintas posições de classe, de gênero, de sexualidade e de etnicidade, atores, indivíduos, grupos, etc vivenciaríamos tais assimetrias, que, de forma exacerbada, acarretariam em múltiplas violências.

#### *Bullying e violência na escola:*

Estudiosos do campo sociológico apontam que nos dias atuais nos deparamos com uma “forma de sociabilidade”, ou seja, a violência. Apesar do aparente paradoxo desta afirmação, é através da violência que se dá confirmação de poderes legitimados por uma determinada norma social, conferindo uma forma de controle societário, “aberto e contínuo”. A violência consiste em uma “relação social de excesso de poder que impede o reconhecimento do outro \_ pessoa, classe, gênero ou raça \_ mediante o uso a força ou da coerção, provocando algum tipo de dano, configurando o oposto das possibilidades da sociedade democrática contemporânea” (SANTOS, 2009, p.46).

Estudos recentes sobre o *bullying* (tido como um comportamento hostil e seriamente danoso presente atualmente nas escolas entre crianças e adolescentes) têm apontado o racismo e a



homofobia como algumas das dimensões desencadeantes desse tipo de comportamento<sup>9</sup>. Compreender parte dos inúmeros questionamentos que compõem a “questão” homossexual na atualidade não prescinde, portanto, de discussões sobre as violências da atualidade.

Considerando a abrangência do termo *bullying*, podemos aqui defini-lo como dano, hostilidade, desconforto, intimidação, cuja direção é orientada a outra pessoa ou a grupo de pessoas, de forma consciente e repetida. No campo educacional estudos têm apontado o *bullying* como um grave problema existente nas escolas atuais, cuja incidência tende a aumentar (ROLIM, 2008; SANTOS, 2009). No Brasil, pesquisas de campo sobre esta questão ainda são poucas, na medida em que ela tem sido avaliada como mais uma modalidade da violência difusa presente na escola contemporânea. Na concepção de Rolim, a expressão genérica “violência na escola” não dá o tom de gravidade, mascara e desvaloriza uma percepção mais apurada das questões que envolvem este tema. Ou seja, a generalização “impede que o tema da violência cotidiana representada pelo *bullying*, que muitas vezes antecede e informa aquelas manifestações mais amplas da violência, seja percebido” (ROLIM, 2008).

A violência escolar designaria as condutas hostis mais evidentes ou consideradas objeto de maior atenção do que a “pequena”, molecular violência causada pelo *bullying*: agressões físicas entre colegas e contra funcionários e professores, uso de armas, depredação do patrimônio escolar através das pichações, destruição de classes, cadeiras, janelas, roubos, tráfico, assassinatos, ameaças.

As vítimas do *bullying* são geralmente caracterizadas como pessoas mais frágeis, com um comportamento mais intimista, são menos sociáveis, inseguras, fracas fisicamente, são mais tensas e ansiosas e suas notas podem ser inferiores à média. Estas pessoas estão sujeitas ao fracasso escolar na medida em que deixam de freqüentar as aulas regularmente por medo dos agressores, por não encontrarem e/ou procurarem espaço para denunciar os agressores, chegando até mesmo a desistir de continuar seus estudos (FELIZARDO, 2009). Nas escolas, não é incomum meninos gays serem motivo de piada e alvo de agressões por parte de outros colegas.

Embora alguns estudiosos afirmem que não há motivação evidente para o *bullying*, é conveniente salientar que homossexuais são constantemente, ou melhor, historicamente, alvos de discriminações, insultos, violência física, humilhações. Se couber à escola a manutenção da ordem, do imperativo heterossexual, jovens LGBTs seriam “pontos fora da curva”, desviantes das expectativas sociais hegemônicas, na medida em que não responderiam à demanda da

---

<sup>9</sup> Ver a recente pesquisa feita pelo MEC sobre violência na escola no site: < [http://www.alealmeida.com/Pesquisa\\_diversidade\\_sumario.pdf](http://www.alealmeida.com/Pesquisa_diversidade_sumario.pdf) >



heterossexualidade que se faz presente nas instituições e em todos os espaços da vida social. Sobre este aspecto, alguns estudiosos são incisivos, eles apontam para uma heterossexualidade compulsória, resultante de normas regulatórias do sexo que estão presentes na cultura, e para uma homofobia consentida e ensinada na escola (LOURO, 1999).

A partir dessas considerações, é pertinente compreendermos que, nas instituições educacionais, crianças e adolescentes, assim como adultos, formam grupos a partir de interesses comuns. Não raramente, determinados grupos identitários definem critérios de acolhimento ou exclusão. Embora, nos dias atuais, outras diferentes formas e argumentos sobre sexualidades não hegemônicas se manifestem (a forma da tolerância, do argumento da defesa e da promoção dos direitos) a homofobia ainda é acionada como uma causa importante para as exclusões. Muitos defendem a necessidade do respeito às escolhas individuais, à dignidade e à constituição da cidadania. Esses são argumentos encontrados em um amplo espectro da teorização social contemporânea. No entanto, é possível verificar que a homofobia tem levado ao isolamento e à condenação aqueles colegas não incorporados aos grupos de maior influência nas instituições educacionais. Rolim argumenta que o isolamento imposto aos excluídos dos grupos quase sempre é acompanhado por “epítetos depreciativos”, o que produz vergonha nas vítimas e lhes faz crer que “há algo errado com elas, e não com seus agressores” (ROLIM, 2008). Portanto, para alguns jovens LGBTs, abandonar a escola seria uma das estratégias de fuga às agressões sofridas. Jovens Travestis, afirmou uma educadora, não suportam o clima hostil da escola. “Todas as que eu conheci abandonaram os estudos”.

Poderíamos, também, situar sociologicamente a violência vivenciada por jovens LGBTs, no contexto dos “medos sociais contemporâneos”, a saber, o medo aos outros, o medo da debilidade dos laços sociais habituais, o medo à exclusão social, o medo ao sem-sentido da vida (SANTOS, 2009). Compreendemos que essa modalidade de violência seria consequência de um cotidiano de desigualdade em termos de sexualidade.

### *Bibliografia*

ABRÁPIA < <http://www.bullying.com.br/BConceituacao21.htm> > Acessado em: 14/08/2009;

CARDIA, Nancy. **Introdução**. In: RUOTTI, Caren; ALVES, Renato; CUBAS, Viviane de Oliveira, (orgs). **Violência na Escola: um guia para pais e professores**. São Paulo: Andhep: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2006, p. 14.

FELIZARDO, Mario. **O fenômeno bullying** < [http://www.diganaoabullying.com.br/biblioteca/artigo\\_mario.pdf\(14/08/2009\)](http://www.diganaoabullying.com.br/biblioteca/artigo_mario.pdf(14/08/2009)) > ;



- FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade** – a vontade de saber. Rio de Janeiro: Graal, 1985.
- GUATTARI, Félix. **Revolução molecular**: pulsações políticas do desejo. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- LOPES, Aramis A. **Bullying-comportamento agressivo entre estudantes** <  
<http://www.observatoriodainfancia.com.br/IMG/pdf/doc-158.pdf> >(14/08/2009)
- LOURO, Guacira Lopes. O corpo educado: pedagogias da sexualidade. Belo Horizonte: Autêntica, 1999; SILVA, Rosimeri Aquino da. O ponto fora da curva. In: MEYER, D; SOARES, R. Corpo, gênero e sexualidade. Porto Alegre: Mediação, 2008; BUTLER, Judith. Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do sexo. In: LOURO, Guacira L. (org.) **o corpo educado**: pedagogias da sexualidade. Belo Horizonte: Autêntica, 1999. P. 151-172.
- ROLIM, Marcos. **Bullying**: o pesadelo da escola. Um estudo de caso e notas sobre o que fazer. Dissertação (Mestrado em Sociologia), UFRGS, Porto Alegre, 2008; SANTOS, José Vicente Tavares dos. **Violências e Conflitualidades**. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2009
- SABAT, Ruth. Só as bem quietinhas vão casar. In: MEYER, D; SOARES, R. Corpo, gênero e sexualidade. Porto Alegre: Mediação, 2004 e LOURO, Guacira Lopes. **O corpo educado**: pedagogias da sexualidade. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.
- SANTOS, Ana Cristina. **A lei do desejo**. Direitos humanos e minorias sexuais em Portugal. Dissertação (Mestrado em Sociologia) –Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, Coimbra, 2004, p. 35.
- SANTOS, José Vicente Tavares dos. **Violências e Conflitualidades**. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2009.
- SILVA, Rosimeri Aquino da. O ponto fora da curva. In: MEYER, D; SOARES, R. **Corpo, gênero e sexualidade**. Porto Alegre: Mediação, 2008, p. 11.